

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	19/04/2000
C	<i>stolentino</i>
	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10650.000871/94-12**

Acórdão : **201-72.938**

Sessão : 06 de julho de 1999

Recurso : **102.049**

Recorrente : UBER – PEPSI LTDA.

Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – NULIDADE.** É nula a decisão de primeiro grau que não ataca as razões de defesa apresentadas pela impugnante. **Processo que anula, a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: UBER – PEPSI LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em anular o processo, a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Sala das Sessões, em 06 de julho de 1999

Luiza Helena Galante de Moraes  
**Presidenta**

Valdemar Lindvig  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Rogério Gustavo Dreyer, Ana Neyle Olímpio Holanda, Jorge Freire, Serafim Fernandes Corrêa, Sérgio Gomes Velloso e Geber Moreira.

cl/fclb



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

246

Processo : **10650.000871/94-12**

Acórdão : **201-72.938**

Recurso : **102.049**

Recorrente : UBER – PEPSI LTDA.

## RELATÓRIO

A empresa acima identificada impugna a exigência consignada no Auto de Infração de fls. 01/09, referente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no valor de 17.795,77 UFIR, correspondente aos períodos de apuração de abril de 1992 a agosto de 1993, alegando em suma que:

- em outubro de 1993, em decorrência de Cobrança Administrativa Domiciliar, foi elaborada a consolidação de débitos fiscais de tributos e contribuições federais, tudo conforme se vê da cópia da referida consolidação extraída da própria Delegacia da Receita Federal local. (Doc. 01 a 20);
- com relação às contribuições FINSOCIAL/COFINS, foram levantados os débitos até então existentes da COFINS, bem assim os créditos originários do recolhimento do FINSOCIAL superior à alíquota de 0,5% e compensados entre si, resultando daí, um saldo devedor de CR\$ 1.137.118,17, correspondente a 4.423,72 UFIR, tudo conforme se vê do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento anexo (Doc. 21 a 23);
- para quitação do saldo devedor foi requerido parcelamento, e deferido, tudo como se comprova dos Documentos 21/23, anexos;
- as parcelas mensais vêm sendo debitadas em conta corrente no Banco Sudameris do Brasil, agência local, tudo, conforme se vê das cópias anexas (Doc. 26 a 38); e
- o débito ora levantado e objeto dos mencionados AIs são decorrentes, exclusivamente, das parcelas compensadas do FINSOCIAL recolhidas a maior, acrescidas dos juros, multas e correção monetária, cujo procedimento, hoje, não é reconhecido pela autoridade lançadora, tanto que a alíquota aplicada nos pretendidos débitos do FINSOCIAL é de 2%.

Finaliza a impugnação discorrendo sobre o reconhecimento, por parte do STF, da legalidade da compensação de créditos do FINSOCIAL com débitos da COFINS.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

247

Processo : 10650.000871/94-12

Acórdão : 201-72.938

A autoridade julgadora monocrática decreta a ineficácia da impugnação, por entender que esta não atacou expressamente a matéria objeto do lançamento, e que não foram evidenciados os motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos de discordância e as razões levantadas, infringindo o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto nº 70.235/72.

Inconformada com o decidido pela autoridade singular, a recorrente apresenta recurso a este Colegiado reiterando que sua discordância com relação ao lançamento se restringe ao fato de que o débito já se encontra regularizado, mediante processo de compensação e parcelamento da parte remanescente, conforme documentação apresentada, e que a Decisão decorre de absoluta subjetividade no julgamento, não retirando contudo, o direito de contestá-lo e muitos menos do recurso previsto na lei, sob pena de absoluto comprometimento do devido processo legal, cujo prazo é de 30 dias e não de 10 dias.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

248

Processo : **10650.000871/94-12**  
Acórdão : **201-72.938**

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR VALDEMAR LUDVIG**

Tomo conhecimento do recurso, por tempestivo, e apresentado dentro das formalidades legais.

A recorrente contesta a decisão proferida pela instância singular, ao reconhecer como ineficaz a impugnação apresentada, com base nas alegações de que a impugnante não teria mencionado os motivos de fato e de direito que justificassem suas reclamações contra a exigência tributária.

Quando um contribuinte sofre qualquer autuação por parte do fisco federal sua reação imediata é no sentido de quitar o débito exigido, ou contestar sua exigência com base em possíveis ilegalidades cometidas por parte da autoridade lançadora ou solicitar seu cancelamento, tendo em vista que o débito já se encontra extinto pelas modalidades de compensação ou pagamento do débito.

No presente caso, outra não poderia ser a reação da autuada a não ser reclamar da autuação, tendo em vista que o débito já se encontrava extinto pelas modalidades de compensação e pagamento via parcelamento, operações estas levadas a efeito com participação e homologação da administração tributária local.

A atenção da autoridade julgadora monocrática deveria se concentrar sobre estas alegações da impugnante, no sentido de verificar se os documentos acostados aos autos pela recorrente davam sustentação às mesmas, e não simplesmente desconhecê-las, decretando a ineficácia da impugnação.

Este colegiado mantém jurisprudência pacífica no sentido de que é nula a decisão que não aprecia todos os argumentos expendidos na impugnação, por reconhecido cerceamento do direito de defesa, e não é outro o sentido expresso no artigo 31 do Decreto n.º 70.235/72.

Face ao exposto, e tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de conhecer do recurso, anulando o processo, a partir da decisão de primeira instância, inclusive, para que outra seja proferida apreciando todos argumentos apresentados pela impugnante.

É como voto.

Sala das Sessões, em 06 de julho de 1999

VALDEMAR LUDVIG